

**PARTE I**  
**FUNDAMENTOS DO**  
**DIREITO DAS OBRIGAÇÕES**

**CAPÍTULO 1****A OBRIGAÇÃO E O DIREITO DAS OBRIGAÇÕES**

|   |    |
|---|----|
| 1.1. Noção de obrigação .....   | 23 |
| 1.1.1. Acepções amplas .....  | 23 |
| a) A obrigação como dever social .....  | 24 |
| b) A obrigação como dever jurídico .....  | 27 |
| 1.1.2. Sentido restrito, ou técnico: a obrigação como espe-<br>cial relação jurídica .....  | 28 |
| 1.1.3. Obrigação: crédito e débito .....  | 33 |
| 1.1.4. Elementos constitutivos, conteúdo e função da<br>obrigação .....                     | 34 |
| a) Elementos constitutivos da obrigação .....   | 35 |
| b) Conteúdo da obrigação .....  | 35 |
| c) Finalidade da obrigação .....  | 36 |
| 1.2. O credor e o devedor, sujeitos da obrigação .....                                      | 36 |
| 1.2.1. Os sujeitos da obrigação .....   | 36 |
| 1.2.2. Sujeitos e partes .....  | 37 |
| 1.2.3. Efeito relativo das obrigações .....   | 38 |
| 1.3. O interesse do credor, finalidade da obrigação .....                                   | 39 |
| 1.3.1. O interesse do credor na obrigação .....   | 39 |
| 1.3.2. Tripartição das obrigações segundo os interesses<br>tutelados .....                  | 41 |
| 1.3.3. Interesses patrimoniais e não patrimoniais .....                                     | 42 |
| 1.3.4. Limites à realização do interesse do credor: a fun-<br>ção social da obrigação ..... | 45 |
| a) Noção de função social .....   | 45 |

|        |  |     |
|--------|--|-----|
|        | b) Evolução da função social das obrigações.....   | 48  |
|        | c) A função social no atual Direito das Obrigações.....  | 49  |
| 1.4.   | A prestação debitória, objeto da obrigação.....  | 55  |
| 1.4.1. | A prestação debitória.....   | 55  |
|        | a) Noção.....  | 55  |
|        | b) Objeto mediato e imediato da obrigação.....   | 56  |
|        | c) Obrigações de prestação de coisa, de fato e de<br>quantia.....  | 57  |
| 1.4.2. | Requisitos da prestação debitória.....   | 59  |
| 1.4.3. | Patrimonialidade ou não da prestação.....  | 60  |
|        | a) A doutrina tradicional.....   | 60  |
|        | b) Crítica da doutrina tradicional.....  | 61  |
|        | c) Orientação moderna.....   | 62  |
|        | d) Orientação adotada.....   | 63  |
| 1.5.   | O crédito e o débito, conteúdo da obrigação.....   | 70  |
| 1.5.1. | Conteúdo da obrigação.....   | 70  |
| 1.5.2. | O crédito como direito subjetivo comum (ou típico);<br>sua distinção dos poderes-deveres e direitos<br>potestativos..... | 71  |
|        | a) Direitos subjetivos propriamente ditos (ou comuns)..  | 74  |
|        | b) Direitos potestativos.....  | 76  |
|        | c) Poderes-deveres.....  | 83  |
| 1.5.3. | O crédito como direito relativo (ou pessoal); sua dis-<br>tinção dos direitos absolutos.....                             | 84  |
| 1.5.4. | O débito; sua distinção dos ônus jurídicos.....  | 88  |
| 1.6.   | Obrigação simples e relação obrigacional complexa.....   | 91  |
| 1.6.1. | Relação obrigacional: simples e complexa.....  | 92  |
| 1.6.2. | Conteúdo da relação obrigacional complexa, ou<br>sistêmica.....  | 98  |
|        | a) Deveres primários (principais), secundários (aces-<br>sórios) e fiduciários (anexos).....                             | 99  |
|        | b) Espécies de deveres fiduciários: de cuidado, in-<br>formação, assistência e lealdade.....                             | 104 |
| 1.6.3. | Relação obrigacional complexa e posição jurídica.....  | 107 |

|         |   |     |
|---------|---|-----|
| 1.7.    | Importância das obrigações .....  | 108 |
| 1.7.1.  | Importância social .....  | 108 |
| 1.7.2.  | Importância prática.....  | 112 |
| 1.7.3.  | Importância teórica.....  | 112 |
| 1.8.    | Fatores da evolução do Direito das Obrigações.....  | 116 |
| 1.8.1.  | Direito e sociedade .....   | 116 |
| 1.8.2.  | A evolução do método jurídico: da jurisprudência dos conceitos à dos valores (ou dos princípios) .....        | 122 |
| 1.8.3.  | Direito, normas, princípios e valores.....  | 126 |
| 1.8.4.  | Tendências modernas do Direito das Obrigações.....  | 132 |
| 1.9.    | O Direito das Obrigações no Código Civil de 2002 .....  | 140 |
| 1.10.   | Normas reguladoras do Direito das Obrigações .....  | 146 |
| 1.10.1. | Dispersão das normas de Direito das Obrigações pelo Código Civil, por leis avulsas e pela jurisprudência .... | 146 |
| 1.10.2. | Reflexos da estrutura do Código Civil no estudo do Direito das Obrigações.....                                | 148 |

## CAPÍTULO 2

### TUTELA JURÍDICA DO CRÉDITO

|        |   |     |
|--------|---|-----|
| 2.1.   | Responsabilidade do devedor e tutela do credor.....                                 | 151 |
| 2.1.1. | Débito e responsabilidade .....   | 151 |
| 2.1.2. | Crédito e tutela do credor .....  | 153 |
| 2.1.3. | Concepções unitária e dualista da obrigação.....                                    | 158 |
| 2.2.   | As modalidades de tutela jurídica.....  | 164 |
| 2.2.1. | Evolução histórica .....  | 164 |
| 2.2.2. | Tutela preventiva e executiva do crédito; providências pessoais e patrimoniais..... | 170 |
| 2.3.   | Medidas de tutela executiva.....  | 171 |
| 2.3.1. | Providências patrimoniais: a execução forçada.....                                  | 171 |
| 2.3.2. | Providências pessoais .....   | 174 |
|        | a)Prisão civil por dívidas.....   | 176 |
|        | b)Multa cominatória.....  | 188 |

|        |   |     |
|--------|---|-----|
| 2.4.   | Medidas de tutela preventiva .....  | 198 |
| 2.4.1. | Em que consistem.....   | 198 |
| 2.4.2. | Medidas conservatórias da garantia patrimonial.....                       | 199 |
|        | a)Ações revocatórias .....  | 200 |
|        | b)Ações sub-rogatórias e ação direta .....                                | 202 |
|        | c)Medidas cautelares.....   | 206 |
| 2.4.3. | Vencimento antecipado de obrigações .....                                 | 206 |
| 2.4.4. | Autotutela preventiva de créditos .....                                   | 207 |
|        | a)Exceções do contrato não cumprido e de insolvência da contraparte ..... | 208 |
|        | b)Direito de retenção.....  | 209 |
| 2.5.   | Garantias das obrigações e privilégios creditórios.....                   | 212 |
| 2.5.1. | Garantia geral das obrigações e garantias especiais.....                  | 212 |
| 2.5.2. | Garantias pessoais .....  | 213 |
| 2.5.3. | Garantias reais .....   | 216 |
|        | a)Penhor .....  | 217 |
|        | b)Hipoteca .....  | 218 |
|        | c)Anticrese .....   | 218 |
| 2.5.4. | Privilégios creditórios.....  | 218 |
| 2.5.5. | Supergarantias, ou garantias reais impróprias .....                       | 221 |
|        | a)Alienação fiduciária em garantia .....                                  | 225 |
|        | b)Leasing financeiro.....   | 230 |
| 2.6.   | Graduação de créditos.....  | 233 |
| 2.6.1. | Nos processos de falência e insolvência.....                              | 233 |
|        | a)Noção de falência e insolvência.....                                    | 233 |
|        | b)Graduação de créditos na falência e na insolvência ..                   | 235 |
| 2.6.2. | Nos processos de execução singular .....                                  | 237 |

### CAPÍTULO 3

#### AS OBRIGAÇÕES EM FACE DOS DEVERES DE PRESTAR NÃO JURÍDICOS: AS OBRIGAÇÕES NATURAIS

|        |   |     |
|--------|---|-----|
| 3.1.   | Caracterização da obrigação natural ..... | 239 |
| 3.1.1. | Primeira noção de obrigação natural ..... | 239 |

|        |  |     |
|--------|--|-----|
| 3.1.2. | Concepção clássica: a obrigação natural é obrigação sem ação ..... | 241 |
| 3.1.3. | Características essenciais da obrigação natural.....               | 243 |
|        | a) Inexistência de coercibilidade.....                             | 244 |
|        | b) Limitada relevância do adimplemento da obrigação natural.....   | 244 |
| 3.1.4. | Concepção moderna: a obrigação natural é dever extrajurídico ..... | 247 |
| 3.2.   | Importância prática .....  | 253 |
| 3.3.   | Categorias de obrigações naturais.....                             | 254 |
| 3.3.1. | Obrigações de conteúdo moral e de trato social.....                | 254 |
| 3.3.2. | Obrigações de trato social: jogos tolerados.....                   | 255 |
| 3.3.3. | Obrigações fundadas em imperativos morais.....                     | 258 |
|        | a) Obrigações degeneradas.....                                     | 258 |
|        | b) Obrigações frustradas .....                                     | 259 |
|        | c) Obrigações de consciência.....                                  | 261 |
| 3.4.   | Problemas especiais.....   | 265 |
| 3.4.1. | Formalidades do adimplemento .....                                 | 265 |
| 3.4.2. | Espontaneidade do adimplemento.....                                | 266 |
| 3.4.3. | Confirmabilidade de obrigação natural .....                        | 268 |
|        | a) Dívidas de jogo e aposta .....                                  | 268 |
|        | b) Obrigações naturais fundadas em imperativos morais .....        | 269 |
| 3.4.4. | Constituição de garantias da obrigação natural.....                | 273 |
|        | a) Dívidas de jogo e aposta .....                                  | 273 |
|        | b) Obrigações que correspondem a imperativos morais.....           | 273 |
|        | c) Fianças de mútuos concedidos a menores .....                    | 275 |
| 3.4.5. | Desleal assunção de compromissos sem validade jurídica.....        | 277 |

## CAPÍTULO 4

### O DIREITO DAS OBRIGAÇÕES EM FACE DE OUTROS DIREITOS: DAS COISAS, DE EMPRESA, DO CONSUMIDOR E DO TRABALHO

|      |   |     |
|------|---|-----|
| 4.1. | O Direito das Obrigações no âmbito do direito privado ..... | 279 |
|------|---|-----|

|        |   |     |
|--------|---|-----|
| 4.2.   | As obrigações e os direitos reais.....  | 284 |
| 4.2.1. | Patrimônio e direitos patrimoniais .....  | 284 |
|        | a) Esfera jurídica e patrimônio.....  | 284 |
|        | b) Patrimônios global, bruto e líquido.....                                       | 285 |
|        | c) Patrimônios especiais (ou de afetação).....                                    | 286 |
| 4.2.2. | Os direitos reais.....  | 294 |
|        | a) Noção de direito real.....   | 294 |
|        | b) Propriedade e direitos reais sobre coisa alheia .....                          | 295 |
|        | c) Direitos reais de gozo, de garantia e de aquisição..                           | 296 |
| 4.2.3. | Os direitos reais de aquisição.....   | 297 |
|        | a) Direito do promitente comprador de imóvel com<br>compromisso irrevogável ..... | 298 |
|        | b) Direito real de preferência .....  | 302 |
|        | c) Retrovenda.....  | 305 |
| 4.3.   | Diferenças entre direitos reais e de crédito.....                                 | 306 |
| 4.3.1. | Diferenças funcionais e estruturais .....   | 306 |
| 4.3.2. | Principais diferenças estruturais.....  | 307 |
|        | a) Direito real: aderência à coisa. Crédito: relação<br>entre pessoas .....       | 307 |
|        | b) Direito real: absolutidade. Crédito: relatividade.....                         | 308 |
|        | c) Direito real: seqüela e prevalência.....                                       | 310 |
|        | d) Direito real: tipicidade. Crédito: liberdade de<br>criação.....                | 312 |
|        | e) Conclusão.....   | 314 |
| 4.3.3. | Outras características distintivas .....  | 314 |
| 4.4.   | Pontos de contato entre direitos reais e de crédito.....                          | 316 |
| 4.4.1. | Introdução.....   | 316 |
| 4.4.2. | Direitos reais de garantia e supergarantias.....                                  | 316 |
| 4.4.3. | Obrigações reais.....   | 317 |
| 4.4.4. | Ônus reais.....   | 320 |
| 4.4.5. | Direitos reais de aquisição.....  | 323 |
| 4.4.6. | Obrigações com eficácia real; a locação predial .....                             | 325 |
| 4.4.7. | Privilégios creditórios especiais e direito de retenção                           | 331 |
|        | a) Privilégios creditórios especiais.....   | 332 |

|        |   |     |
|--------|---|-----|
|        | b)Direito de retenção.....  | 333 |
| 4.5.   | O Direito das Obrigações e os Direitos de Empresa, do Trabalho e do Consumidor.....   | 335 |
| 4.5.1. | O Direito das Obrigações como direito comum; os Direitos de Empresa, do Trabalho e do Consumidor como direitos especiais..... | 335 |
| 4.5.2. | As obrigações e o Direito de Empresa.....   | 340 |
|        | a)Surgimento do Direito Comercial e suas especificidades.....   | 340 |
|        | b)Diluição das especificidades: a comercialização do Direito das Obrigações.....  | 345 |
|        | c)O atual Direito de Empresa.....   | 346 |
| 4.5.3. | As obrigações e o Direito do Trabalho.....  | 347 |
|        | a)Surgimento e especificidades do Direito do Trabalho.....  | 347 |
|        | b)Influência do Direito do Trabalho no das Obrigações.....  | 350 |
| 4.5.4. | As obrigações e o Direito do Consumidor.....  | 353 |
|        | a)Surgimento e especificidades do Direito do Consumidor.....  | 353 |
|        | b)Importância do Direito do Consumidor.....   | 360 |
|        | c)Ideias fundamentais do Direito do Consumidor e sua influência no das Obrigações.....  | 362 |

## CAPÍTULO 5

### FONTES DAS OBRIGAÇÕES

|        |  |     |
|--------|--|-----|
| 5.1.   | Fontes das obrigações.....   | 365 |
| 5.1.1. | Lei não é fonte.....   | 365 |
| 5.1.2. | Fonte é sempre um fato jurídico.....                                   | 367 |
| 5.2.   | Categorias dos fatos jurídicos (jurígenos).....                        | 368 |
| 5.2.1. | Fatos jurídicos (jurígenos) e ajurídicos.....                          | 368 |
| 5.2.2. | Os fatos antijurídicos.....  | 369 |
| 5.2.3. | Classificação dos fatos jurígenos (jurídicos, <i>lato sensu</i> )..... | 372 |
| 5.2.4. | Fatos jurídicos e atividade jurídica.....                              | 377 |
| 5.3.   | Fatos jurídicos em sentido estrito.....                                | 377 |

|        |   |     |
|--------|---|-----|
| 5.4.   | Atos ilícitos.....  | 382 |
| 5.4.1. | Ilicitude: acepção ampla (ilicitude objetiva) e restrita (ilicitude subjetiva)..... | 382 |
| 5.4.2. | Antijuridicidade e culpabilidade.....   | 387 |
|        | a)A antijuridicidade.....   | 388 |
|        | b)A culpabilidade.....  | 391 |
| 5.4.3. | O abuso de direito.....   | 392 |
| 5.5.   | Atos justificados.....  | 395 |
| 5.5.1. | Noção.....  | 395 |
| 5.5.2. | Os atos justificados mais importantes.....  | 396 |
|        | a)Estado de necessidade.....  | 396 |
|        | b)Legítima defesa.....  | 398 |
|        | c)Cumprimento de dever legal.....   | 399 |
|        | d)Exercício regular de direito.....   | 399 |
|        | e)Consentimento do ofendido.....  | 400 |
|        | f) Outras causas justificativas.....  | 400 |
| 5.6.   | Atos jurídicos (em sentido estrito).....  | 401 |
| 5.6.1. | Noção. Modalidades.....   | 402 |
| 5.6.2. | Atos reais, ou atos-fatos.....  | 404 |
| 5.6.3. | Atos quase negociais (ou atos jurídicos lícitos).....                               | 406 |
| 5.7.   | Negócios jurídicos.....   | 408 |
| 5.7.1. | Breve caracterização.....   | 409 |
| 5.7.2. | Negócio jurídico e autonomia privada.....   | 413 |
| 5.7.3. | Negócio jurídico, ato jurídico e ato quase negocial.....                            | 415 |
| 5.7.4. | Existência, validade e eficácia do negócio jurídico.....                            | 418 |
| 5.7.5. | Importância do negócio jurídico.....  | 421 |
| 5.8.   | A atividade jurídica.....   | 421 |
| 5.8.1. | A atividade e sua importância.....  | 422 |
| 5.8.2. | A gestão de negócios, exemplo de atividade.....                                     | 425 |
| 5.9.   | Fatos geradores de obrigações.....  | 427 |
|        | a)Negócios jurídicos.....   | 427 |
|        | b)Atos ilícitos.....  | 428 |
|        | c)Fatos jurídicos.....  | 428 |
|        | d)Atos jurídicos.....   | 429 |

|  |     |
|--|-----|
| e) Atos justificados.....  | 429 |
| f) Atividades .....  | 430 |
| 5.10. Inviabilidade de classificação das obrigações a partir de suas fontes..... | 430 |

## CAPÍTULO 6

### TRIPARTIÇÃO FUNDAMENTAL DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

|  |     |
|--|-----|
| 6.1. Classificação das obrigações, segundo as suas funções.....  | 435 |
| 6.2. Obrigações autônomas e não autônomas .....  | 436 |
| 6.2.1. Obrigações não autônomas.....   | 436 |
| 6.2.2. Obrigações autônomas .....  | 437 |
| 6.3. Tripartição fundamental: obrigações negociais, responsabilidade civil e enriquecimento sem causa..... | 439 |
| 6.3.1. Três categorias de interesses do credor .....   | 439 |
| 6.3.2. As três categorias de obrigações .....  | 441 |
| a) Obrigações negociais .....  | 441 |
| b) Responsabilidade civil (em sentido estrito) .....   | 442 |
| c) Enriquecimento sem causa.....   | 443 |
| 6.3.3. Síntese .....   | 444 |
| 6.4. Indicação de sequência. Necessidade de ressystematização didática do direito das obrigações.....      | 446 |

## PARTE II

### RESPONSABILIDADE CIVIL (EM SENTIDO ESTRITO, OU GERAL)

## CAPÍTULO 7

### RESPONSABILIDADE CIVIL: CARACTERIZAÇÃO, PRESSUPOSTOS, MODALIDADES, EXCLUDENTES E EVOLUÇÃO

|  |     |
|--|-----|
| 7.1. Caracterização da responsabilidade civil..... | 451 |
|--|-----|

|        |  |     |
|--------|--|-----|
| 7.1.1. | Acepções ampla e restrita; responsabilidade civil em sentido estrito e responsabilidade negocial ..... | 451 |
| 7.1.2. | Questões terminológicas .....  | 454 |
|        | a) Responsabilidade “contratual” e “extracontratual” ..  | 454 |
|        | b) Responsabilidade aquiliana, ou por atos ilícitos .....  | 455 |
| 7.2.   | Fundamento e funções da responsabilidade civil .....   | 456 |
| 7.2.1. | Fundamento: princípios da culpa e do risco .....   | 456 |
| 7.2.2. | Funções: reparatória, sancionatória e preventiva .....   | 459 |
|        | a) Função reparatória .....  | 460 |
|        | b) Função sancionatória (ou punitiva) .....  | 461 |
|        | c) Função preventiva (ou dissuasora) .....   | 463 |
| 7.3.   | Âmbito da responsabilidade civil .....   | 464 |
| 7.3.1. | Vastidão das lesões abrangidas .....   | 465 |
| 7.3.2. | Ofensas a direitos da personalidade .....  | 466 |
| 7.3.3. | Ofensas a direitos das coisas .....  | 467 |
| 7.3.4. | Ofensas a situações familiares geradoras de alimentos ..   | 467 |
| 7.3.5. | Ofensas a certas situações fáticas .....   | 468 |
| 7.3.6. | Violação de deveres impostos pelo princípio da boa-fé ..   | 470 |
|        | a) Indução culposa a contratar .....   | 473 |
|        | b) Responsabilidade pré-negocial (ou pré-contratual) ..  | 478 |
|        | c) Responsabilidade pós-negocial (ou pós-contratual) ..  | 479 |
|        | d) Responsabilidade supranegocial (ou supracontratual) ..  | 480 |
|        | e) Violação de deveres fiduciários independentes de relações negociais .....                           | 481 |
| 7.3.7. | Tutela externa do crédito .....  | 485 |
| 7.4.   | Pressupostos da responsabilidade civil .....   | 490 |
| 7.4.1. | Os pressupostos .....  | 491 |
| 7.4.2. | Fato antijurídico .....  | 493 |
| 7.4.3. | Nexo de imputação .....  | 495 |
| 7.4.4. | Dano .....   | 497 |
| 7.4.5. | Nexo de causalidade .....  | 499 |
| 7.4.6. | Lesão de bem protegido .....   | 500 |

|        |   |     |
|--------|---|-----|
| 7.4.7. | Prova dos pressupostos da responsabilidade civil.<br>As presunções.....   | 501 |
| 7.5.   | Modalidades da responsabilidade civil.....  | 507 |
| 7.5.1. | Responsabilidade subjetiva e objetiva.....  | 507 |
| 7.5.2. | Responsabilidade por fato próprio, por fato de outrem, pelo fato de coisa, de serviço ou de animal e responsabilidade grupal..... | 514 |
| 7.6.   | Direitos especiais da responsabilidade civil e regimes específicos.....   | 518 |
| 7.6.1. | Direitos especiais e regimes específicos.....   | 518 |
| 7.6.2. | Relações entre a responsabilidade civil geral e a negocial.....   | 523 |
| 7.6.3. | Responsabilidades profissionais.....  | 528 |
| 7.6.4. | Sistemas únicos de responsabilidade.....  | 529 |
| 7.7.   | Responsabilidade civil, penal e disciplinar.....  | 532 |
| 7.7.1. | Distinção.....  | 532 |
| 7.7.2. | Hipóteses em que as responsabilidades penal e civil se tocam.....   | 535 |
|        | a) Casos tidos como “resquícios” da antiga confusão..   | 535 |
|        | b) Hipóteses atuais de associação entre punição e reparação.....  | 536 |
|        | c) Outras situações em que punição e reparação estão associadas.....  | 538 |
| 7.7.3. | Efeitos cíveis da sentença penal.....   | 540 |
|        | a) Sentença penal condenatória.....   | 541 |
|        | b) Sentença penal absolutória.....  | 543 |
| 7.8.   | Excludentes da responsabilidade civil.....  | 544 |
| 7.8.1. | Indicação das excludentes.....  | 544 |
| 7.8.2. | Excludentes ligadas aos nexos de imputação e de causalidade.....  | 545 |
| 7.8.3. | Excludentes fundadas em dispositivos legais específicos.....  | 546 |
| 7.8.4. | As excludentes da prescrição e da decadência.....   | 547 |
| 7.8.5. | Cláusulas de exclusão e de limitação da responsabilidade.....   | 550 |

|         |   |     |
|---------|---|-----|
| 7.9.    | Evolução da responsabilidade civil até ao Código Civil de 1916 .....  | 552 |
| 7.9.1.  | Separação entre as responsabilidades penal e civil .....  | 552 |
| 7.9.2.  | A <i>lex Aquilia de damno</i> e a introdução da ideia de culpa .....  | 554 |
| 7.9.3.  | Formulação do princípio geral da “não responsabilidade sem culpa” e distinção entre “responsabilidade contratual” e “extracontratual” ..... | 557 |
| 7.9.4.  | Concepções que influenciaram o Código Civil de 1916 .....   | 559 |
| 7.10.   | Desenvolvimentos contemporâneos da responsabilidade civil. ....   | 560 |
| 7.10.1. | Revolução industrial, agravação de riscos e valorização do ser humano .....   | 560 |
| 7.10.2. | Ampliação dos danos suscetíveis de reparação, objetivação e coletivização da responsabilidade .....   | 564 |
|         | a) A ampliação dos danos suscetíveis de reparação .....   | 566 |
|         | b) A objetivação da responsabilidade .....  | 567 |
|         | c) A coletivização da responsabilidade .....  | 568 |
| 7.10.3. | Consequências da ampliação dos danos reparáveis, da objetivação e da coletivização .....  | 569 |
| 7.10.4. | Influência do seguro de responsabilidade civil no desenvolvimento desta .....   | 571 |
| 7.11.   | A responsabilidade civil no Código de 2002 .....  | 573 |
| 7.12.   | Indicação de sequência .....  | 576 |

## CAPÍTULO 8

### DANO E NEXO DE CAUSALIDADE

|        |  |     |
|--------|--|-----|
| 8.1.   | O dano: caracterização e modalidades .....   | 579 |
| 8.1.1. | Caracterização do dano .....   | 579 |
| 8.1.2. | Danos à pessoa e a coisas. Danos corporais (ou biológicos) e anímicos (ou morais em sentido estrito) ..... | 581 |
| 8.1.3. | Danos patrimoniais e extrapatrimoniais (ou morais em sentido amplo) .....                                  | 590 |
| 8.1.4. | Danos patrimoniais, danos corporais puros e danos morais puros (danos extrapatrimoniais) .....             | 594 |

|        |   |     |
|--------|---|-----|
| 8.1.5. | Danos individuais e coletivos (transindividuais).....                                 | 596 |
|        | a) Interesses transindividuais: difusos e coletivos.....                              | 598 |
|        | b) Interesses individuais homogêneos.....   | 600 |
| 8.1.6. | Danos diretos e indiretos. Os danos por ricochete ....                                | 602 |
| 8.1.7. | Danos presentes e futuros.....  | 603 |
| 8.1.8. | Danos certos e eventuais .....  | 605 |
| 8.1.9. | Outras classificações .....   | 608 |
|        | a) Danos previsíveis e imprevisíveis .....  | 608 |
|        | b) Danos próximos e remotos .....   | 610 |
| 8.2.   | Nexo de causalidade entre fato e dano.....  | 611 |
| 8.2.1. | Dificuldades suscitadas por este pressuposto.....                                     | 611 |
| 8.2.2. | Condições e causas do dano .....  | 613 |
| 8.2.3. | As teorias da equivalência de condições e da causalidade necessária e o art. 403..... | 614 |
|        | a) Teoria da equivalência de condições.....   | 614 |
|        | b) O art. 403 e o afastamento da teoria da equivalência de condições .....            | 619 |
|        | c) Teorias das condições mais relevantes. A causalidade necessária .....              | 622 |
| 8.2.4. | A teoria da causalidade adequada .....  | 627 |
|        | a) Caracterização da teoria.....  | 627 |
|        | b) Formulações positiva e negativa .....  | 628 |
|        | c) Formulação preferível .....  | 630 |
| 8.2.5. | A causalidade perante o direito constituído .....                                     | 635 |
| 8.2.6. | Conclusão sobre a causalidade.....  | 636 |
| 8.2.7. | Prova do nexo de causalidade.....   | 638 |
| 8.3.   | Cabimento no âmbito de proteção da norma violada (ou lesão de bem protegido) .....    | 639 |
| 8.3.1. | Limitações das teorias da causalidade.....  | 639 |
| 8.3.2. | O âmbito de proteção da norma violada.....  | 640 |
| 8.4.   | Fatos excludentes da causalidade .....  | 647 |
| 8.4.1. | Fato do lesado, de terceiro e caso fortuito ou de força maior.....                    | 648 |
| 8.4.2. | Imprevisibilidade, irresistibilidade, externidade .....                               | 652 |

|        |   |     |
|--------|---|-----|
| 8.4.3. | Distinção entre caso fortuito e força maior. Sua inutilidade prática .....                    | 659 |
| 8.4.4. | Fatos excludentes da causalidade e excludentes da culpa .....                                 | 663 |
| 8.5.   | O nexo de causalidade na responsabilidade objetiva agravada.                                  | 667 |
| 8.6.   | Pluralidade de causas e de responsáveis .....   | 667 |
| 8.6.1. | Causalidade única e múltipla; autoria singular e plural; concorrência efetiva de causas ..... | 668 |
| 8.6.2. | Coautoria de fato danoso, ou causalidade plural comum.....                                    | 670 |
| 8.6.3. | Concurso entre fato do responsável e caso fortuito ou de força maior.....                     | 672 |
| 8.6.4. | Concurso entre fatos do responsável e do lesado .....   | 673 |
| 8.6.5. | Causalidades concorrentes, ou complexas .....   | 676 |
|        | a) Causalidade colateral .....  | 677 |
|        | b) Causalidade concorrente propriamente dita. . . . .   | 678 |
|        | c) Causalidade cumulativa.....  | 680 |
| 8.6.6. | Causalidade alternativa.....  | 681 |
| 8.7.   | Pluralidade de responsáveis e solidariedade.....  | 683 |
|        | a)Plano das relações entre o lesado e os responsáveis..                                       | 684 |
|        | b)Plano das relações entre os responsáveis.....   | 686 |
| 8.8.   | A causa virtual: causalidades interrompida e antecipada .....                                 | 688 |
| 8.8.1. | A causa virtual e sua irrelevância.....   | 688 |
| 8.8.2. | Situações mais complexas.....   | 690 |
| 8.8.3. | Causa virtual e extensão do dano a indenizar .....  | 694 |
| 8.9.   | Dano, causalidade e responsabilidade por perda de chances..                                   | 695 |
| 8.9.1. | Caracterização da perda de chance.....  | 695 |
| 8.9.2. | Modalidades da perda de chance.....   | 699 |
| 8.9.3. | Perda da chance de obter uma vantagem futura (perda de chance clássica) .....                 | 701 |
| 8.9.4. | Perda da chance de evitar um prejuízo efetivamente ocorrido .....                             | 706 |
| 8.9.5. | Perda de chance por falta de informação .....   | 715 |
|        | <i>Referências Bibliográficas</i> .....   | 719 |
|        | <i>Índice Analítico</i> .....   | 731 |